



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

2 — A REVOLUÇÃO E AS REFORMAS

RIO DE JANEIRO, 4 DE JULHO DE 1964

NA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE
OFICIAIS, VILA MILITAR, DURANTE A ENTREGA
DE DIPLOMAS E MEDALHAS AOS ALUNOS QUE
CONCLUÍRAM O CURSO.

O que vos falei em fevereiro, era da atualidade da época e, como vêdes, é hoje também absolutamente atual. Mas eu desejo ainda vos falar de outros assuntos da atualidade de nossos dias. Tenho conhecimento de observações que anoto atentamente.

Primeiro, o atual Governo, fugindo a compromissos da Revolução, empreende reformas, ora tachadas de inoportunas, ora acusadas de serem uma repetição da demagogia do Governo passado. Segundo, deixa de lado problemas cruciantes para se entregar à neurose reformista. Terceiro, claudica em relação ao expurgo. Finalmente, entrega-se a cambalachos e a conlúios com politiquinhos contumazes.

As reformas estão inabalavelmente no programa deste Governo. Quando a Revolução se tornou vitoriosa e foi constituído um Governo que a representasse na realidade brasileira, de todos os cantos surgia o imperativo de que aqueles que assumiam a liderança nacional estavam na obrigação de reformar o País. Em consequência, o Presidente, que assumiu o Governo em abril, colocou em seu discurso de posse a bandeira da reforma como sendo uma legítima aspiração da Revolução. E não podia deixar de assim proceder. Há mais de trinta anos, o País assiste — e dele participa — a um debate interminável em torno de idéias e proposições com as quais se procura aperfeiçoar as instituições políticas do Brasil. Não era agora, então, a oportunidade de se

fugir ao debate. Não era o momento de se ter medo de enfrentar as idéias opostas às proposições do Governo.

Na Chefia dêste Governo está um ex-militar que aprendeu na vida cotidiana dos quartéis a não ter medo das idéias, nem mesmo das idéias novas. O mandato dêste Governo é limitado no tempo e está dotado de prerrogativas especiais para promover, sem os processos de rotina, tôdas as reformas que se impõem. Então, é preciso não perder tempo, empreendê-las, realizá-las até o fim dêste mandato.

Além de tudo, não há absolutamente uma tumultuação na atividade nacional. O Congresso brasileiro, entregue à sua própria soberania, aprecia e vota proposições do Governo. Não há em tôrno dêle o cêrco das pressões: pressões de operários fantasmas, pressões de militares transviados. Não, êle está rodeado de respeito e, mais do que respeito, da garantia que lhe deve proporcionar o Poder Executivo.

Finalmente, Meus Senhores, sob o aspecto estritamente político, se o chamado Governo da Revolução empreender agora as reformas, que aliás não são apanágio de um grupo político, estará realizando o que a democracia brasileira necessita e evitará, grandemente, que a demagogia e a subversão retomem, como de sua exclusividade, a bandeira reformista.

Que são deixados de lado os problemas cruciantes. Não. O Governo não foge a esta missão. Não se entrega a almoços, a churrascos, a festas e sensacionalismo. Cumpre, de maneira ordenada e com unidade de pensamento e ação, a sua dura missão de reajustar a vida brasileira.

Quanto ao expurgo, êle segue inexoravelmente prazos e condições que são exigidos para que tudo se processe em ambiente de seriedade. O expurgo não pode entregar-se a uma ação desvairada e deve dar à nação a impressão de que a justiça se faz obedecendo à lei e a todos os processos que esta impõe.

Finalmente, que o Governo se entrega a cambalachos e a conluios políticos. Isto não é uma injustiça, é um agravo. Também aprendi no Realengo, nos quartéis, nos Estados Maiores, em

convívio de grande camaradagem, a ser digno, a ter decôro na execução de qualquer missão. E também aprendi a dignidade de que não devo me perder em explicações em tórno de injúria como esta.

Agora, parece que me é permitido de vos falar e mesmo de vos perguntar qual é a vossa posição. Será a de solidariedade ao Govêrno? Não. Porque o Exército não é um partido político para apresentar solidariedade ao Govêrno ou a quem quer que seja. Quem tem o direito de apresentar solidariedade tem o direito de apresentar também desaprovação. O Govêrno espera vosso apoio? Não. O Exército Nacional não é uma associação para manifestar, aqui, ali e acolá, o seu apoio a êste ou àquele elemento, porque também terá o direito de desapoiar. Acho que a vossa posição será aquela que ides encontrar no dever militar. Daqui a pouco, estareis na tropa, com outros oficiais, com os soldados vossos comandados. E, então, desempenhando as vossas funções de comandantes, tereis, sem dúvida, realizado aquilo que o Govêrno preconiza e vos lembra, mas que o Brasil espera: a garantia da segurança nacional.

Infeliz o Exército que deve estar em suas posições de combate para dar apoio ou solidariedade aos governantes ou à opposição. Desgraçado do Govêrno que esteja à espera dessa solidariedade e dêsse apoio. O Govêrno procura cumprir suas obrigações e não desonrar o vosso dever militar.